INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

028/2024

Protocolo: 2955/2024

Objeto: Aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais.

Tramitação de Processo

PIÊN PREFEITURA

Processo: **2955/2024** Data: **11/04/2024 16:23** Situação: **Aguardando**

Requerente: **Secretaria de Educação** Documento:

Contato: **Secretaria de Educação - Tel: 4136321014 - educacao@pien.pr.gov.br**

Assunto: **Protocolo Geral**

Descrição: Requerimento 24.24 - Material Acerta Brasil

2

Ocorrência: 1 Data: 11/04/2024 16:23:18 Previsão: 16/04/2024

De: Igor Elias Telma Para: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

Fase/Etapa: Geral/Abertura Confirmação: não

Descrição: Abertura do processo

ANEXOS/ASSINATURAS

Anexo	Descrição	Assinatura	Assinado em
Requerimento 24.24 - Material Acerta Brasil.	Requerimento 24.24 - Material Acerta		
1. 1ª Alteração Contratual COMPASS -	Documentação - Material Acerta Brasil		
14. Atestado de Capacidade Tecnica -	Documentação - Material Acerta Brasil		
14. Atestado de Capacidade Tecnica - São	Documentação - Material Acerta Brasil		
Carta de Exclusividade de Piên-PR -	Documentação - Material Acerta Brasil		
Contrato 053-2024 INEX 14-2024 CAMPO	Documentação - Material Acerta Brasil		
NF 28 - ACERTA BRASIL Aluno (Portugues e	Documentação - Material Acerta Brasil		
NF 29 - ACERTA BRASIL Professor	Documentação - Material Acerta Brasil		
NF 36 - ACERTA BRASIL Professor	Documentação - Material Acerta Brasil		
NF 37 - ACERTA BRASIL Aluno	Documentação - Material Acerta Brasil		
NF 38 - ACERTA BRASIL Aluno (Portugues e	Documentação - Material Acerta Brasil		
PIEN PR - Aprender Editora Acerta -	Documentação - Material Acerta Brasil		
Proposta Acerta Brasil.pdf	Documentação - Material Acerta Brasil		

Autenticidade : Q94X4S7CJCXMH9RB7(verificado em : 12/04/2024 10:58)

Órgão requisitante	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Nº requerimento:	24/2024.
Data:	08/04/2024.

Descrição do objeto a ser comprado/contratado:

Processo de inexigibilidade para aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

A empresa a ser contratada é a **COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob Nº 48.398.998/0001-50 pelo valor de R$ 91.400,00 (Noventa e um mil e quatrocentos reais).

A Aquisição do material Acerta Brasil (#Supera IDEB), da Aprender Editora, é um material complementar, que tem como principal objetivo ampliar o conhecimento dos nossos alunos, vindo ao encontro das necessidades de aprendizagem dos estudantes do 5º Ano, que são submetidos a três edições da Prova Paraná, além da Prova Paraná Mais e Prova SAEB e, desta forma, precisam estar melhor preparados para obterem êxito nesses períodos em que são submetidos às avaliações.

Tendo em vista a análise da equipe técnica referente à coleção citada acima, a coordenação pedagógica justifica a aquisição deste material com base nos parâmetros pedagógicos apresentados, sendo um material estruturado, a coleção tem como foco o aperfeiçoamento das habilidades nas avaliações externas de larga escala atrelado a um projeto de formação de professores, para que possam garantir a melhora e o avanço nos resultados do IDEB pelas escolas e estudantes da Rede Municipal de Ensino no nosso município.

Constitui-se de um material cuja forma de abrangência do conteúdo possibilita que os alunos adquiram o conhecimento e a prática necessária para os resultados positivos nas avaliações externas citadas, além de permitirem ao docente e ao aluno acompanhar os conhecimentos adquiridos, através de avaliações no formato das mesmas que são propostas pela SEED e MEC, assim como, realizar o diagnóstico do processo de aprendizagem, observando quais conteúdos necessitam ser retomados e quais intervenções devem ser planejadas.

Este material também auxilia na aquisição de conceitos e de hábitos necessários como: o tempo delimitado para a resolução de atividades e simulados, o preenchimento de gabarito, o uso da caneta para esse preenchimento, entre outros.

O material é uma importante ferramenta, tanto para o diagnóstico, quanto para o aprofundamento dos conteúdos, desenvolvimento da autonomia, possibilitando acompanhar o desempenho da turma de forma coletiva e individual.

É importante destacar que a disponibilização de materiais didáticos de alta qualidade para formação dos alunos e professores significa promoção de oportunidades igualitárias, inclusão e, principalmente, uma formação capaz de desenvolver plenamente as potencialidades de cada aluno.

Informamos ainda que a empresa COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, detêm os direitos exclusivos, distribuição e comercialização das obras elencados nas Cartas de Exclusividade da Câmara Brasileira do Livro – CBL.

Dotação Orçamentaria:

08.001.12.361.0009.2020. 3.3.90.30.00.00 – Conta 2110 – Kit Professor – Material de consumo.
08.001.12.361.0009.2020. 3.3.90.32.00.00 – Conta 2140 – Kit aluno – Material de distribuição gratuita.

Recurso

( ) Federal ( ) Estadual (X) Próprio

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Secretaria Municipal de Educação. Avenida Brasil Nº 81-Centro. Piên-Pr.
Destinado às escolas municipais abaixo relacionadas:

- Escola Alminda Antônia de Andrade - Avenida Paraná, 223 – Trigolândia.
- Escola Marciano de Carvalho - Rua Fortaleza, 532 – Centro.
- Escola de Gramados - Estrada Principal, s/n – Gramados.
- Escola Etelvina Pacheco - Estrada Principal, s/n – Campo Novo.
- Escola Prefeito Laércio B. dos Santos - Estrada Principal, s/n – Poço Frio.
- Escola Santa Isabel - Estrada Principal, s/n – Campina dos Crespins.
- Escola Frei Demétrio - Estrada Principal, s/n – Campina dos Maia.

Horários:
08:00 às 12:00 às 13:00 às 17:00.

Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
30 Dias.

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:
Daiane dos Santos – Assessor de Área II, responsável pela Área de Apoio Administrativo. Matrícula: 4765251.

Há licitação em curso para o objeto pretendido?	**( ) Sim (X) Não**
Em caso afirmativo informar:	
a) Nº do processo licitatório:	
b) Nº do contrato/ata de registro de preços vigente:	
c) Data de vencimento do contrato/ata de registro de preços:	

Igor Elias Telma

Igor Elias Telma
Auxiliar administrativo.
Matrícula 4766020
Responsável pela elaboração deste

Daiane dos Santos
Assessor de Área II – Responsável pela Área de Apoio Administrativo.
Matrícula 4765251
Fiscal do contrato

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo de inexigibilidade para aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais, da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

Piên, 08 de abril de 2024.

1 . OBJETO

1.1. Processo de inexigibilidade para aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais, da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações estão relacionadas abaixo:

LOTE 04 - KITS DE MATERIAIS PARADIDÁTICOS COM FOCO NAS HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA, PAUTADO NOS DOCUMENTOS MANDATÓRIOS OFICIAIS E NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS COM MATRIZ DE REFERÊNCIA SAEB PARA OS ESTUDANTES E PROFESSORES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - COLEÇÃO ACERTA BRASIL #SUPERA IDEB – APRENDER EDITORA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNITÁRIO	QUANT.	VALOR TOTAL
1	**KIT DO ALUNO - 5º ANO - Acerta Brasil #SuperaIDE – Língua Portuguesa** - Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa - Aprender Editora - contendo Livro de Atividades; Suplemento Questões Bônus; Provas.	KIT	R$ 196,00	210	R$ 41.160,00
2	**KIT DO PROFESSOR - 5º ANO - Acerta Brasil #SuperaIDEB – Língua Portuguesa** - Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa - Aprender Editora - contendo: Guia de Orientações Didáticas; Livro de Atividades.	KIT	R$ 454,00	10	R$ 4.540,00
3	**KIT DO ALUNO - 5º ANO - Acerta Brasil #SuperaIDE – Matemática** Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa - Aprender Editora - contendo: Livro de Atividades; Suplemento Questões Bônus; Provas.	KIT	R$ 196,00	210	R$ 41.160,00
4	**KIT DO PROFESSOR - 5º ANO - Acerta Brasil #SuperaIDEB – Matemática** - Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa - Aprender Editora - contendo: Guia de Orientações Didáticas; Livro de Atividades.	KIT	R$ 454,00	10	R$ 4.540,00
				TOTAL DO LOTE:	**R$ 91.400,00**

PLANO DE ATIVIDADES FORMATIVAS
***16 horas/aulas** em modelo remoto composta por acompanhamento pedagógico; atividades formativas para os educadores; demonstração e utilização das Plataformas Aprender Formar e Aprender Avaliar; aplicação das Provas.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Aquisição do material Acerta Brasil (#Supera IDEB), da Aprender Editora, é um material complementar, o qual tem com o principal objetivo ampliar o conhecimento dos nossos alunos, vindo ao encontro das necessidades de aprendizagem dos estudantes do 5º Ano, que são submetidos a três edições da Prova Paraná, além da Prova Paraná Mais e Prova SAEB e, desta forma, precisam estar melhor preparados para obterem êxito nesses períodos em que são submetidos a essas avaliações.

Tendo em vista a análise da equipe técnica referente a coleção citada acima, a coordenação pedagógica justifica a aquisição deste material com base nos parâmetros pedagógicos apresentados, sendo um material estruturado a coleção tem como foco o aperfeiçoamento das habilidades nas avaliações externas de larga escala atrelado a um projeto de formação de professores, para que possam garantir a melhora e o avanço nos resultados do IDEB pelas escolas e estudantes da Rede Municipal de Ensino no nosso município.

Constitui-se de um material cuja forma de abrangência do conteúdo possibilita que os alunos adquiram o conhecimento e a prática necessária para os resultados positivos nas avaliações externas citadas, além de permitirem ao docente e ao aluno acompanhar os conhecimentos adquiridos, através de avaliações no formato das mesmas que são propostas pela SEED e MEC, assim como, realizar o diagnóstico do processo de aprendizagem, observando quais conteúdos necessitam ser retomados e quais intervenções devem ser planejadas.

Este material também auxilia na aquisição de conceitos e de hábitos necessários como: o tempo delimitado para a resolução de atividades e simulados, o preenchimento de gabarito, o uso da caneta para esse preenchimento, entre outros.

O material é uma importante ferramenta, tanto para o diagnóstico, quanto para o aprofundamento dos conteúdos, desenvolvimento da autonomia, possibilitando acompanhar o desempenho da turma de forma coletiva e individual.

É importante destacar que a disponibilização de materiais didáticos de alta qualidade para formação dos alunos e professores significa promoção de oportunidades igualitárias, inclusão e, principalmente, uma formação capaz de desenvolver plenamente as potencialidades de cada aluno.

9

Informamos ainda que a empresa COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, detêm os direitos exclusivos, distribuição e comercialização das obras elencados nas Cartas de Exclusividade da Câmara Brasileira do Livro - CBL

4. CRONOGRAMA E LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

4.1. Secretaria Municipal de Educação. Avenida Brasil Nº 81-Centro. Piên-Pr. Destinado às escolas municipais abaixo relacionadas:

- Escola Alminda Antônia de Andrade - Avenida Paraná, 223 – Trigolândia.
- Escola Marciano de Carvalho - Rua Fortaleza, 532 – Centro.
- Escola de Gramados - Estrada Principal, s/n – Gramados.
- Escola Etelvina Pacheco - Estrada Principal, s/n – Campo Novo.
- Escola Prefeito Laércio B. dos Santos - Estrada Principal, s/n – Poço Frio.
- Escola Santa Isabel - Estrada Principal, s/n – Campina dos Crespins.
- Escola Frei Demétrio - Estrada Principal, s/n – Campina dos Maia.

5. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os materiais deverão ser entregues em até 30 dias após a emissão de empenho, de acordo com a proposta apresentada e de acordo com as determinações emanadas pela Secretaria de Educação.

5.2. Os produtos devem ser enviados em embalagem devidamente acondicionados em caixas próprias não sofrendo nenhum dano;

5.3. Os livros devem ser compatíveis com as especificações da proposta, bem como a aprovação e acompanhamento dos fiscais do contrato;

5.4. Não serão aceitos livros com defeitos de impressão, rasurados, com sujidades, úmidos, faltando páginas e outros defeitos. Os produtos recebidos serão objetos de avaliação e conferência quanto à conformidade de qualidade

5.5. Caso os produtos apresentem características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado até 30 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal juntamente com a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, podendo a contratante confirmar as regularidades por via eletrônica.

6.2 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

6.3 O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da contratação será exercida pela servidora Daiane dos Santos ocupante do cargo de Assessor de Área II – Responsável pela Área de Apoio Administrativo - Matrícula: 4765251 à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

8.1.1. Efetuar a prestação de serviços e entrega dos materiais nas condições, no prazo e no local indicado pela Secretaria, em estrita observância das especificações da proposta.

8.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

8.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na proposta;

8.1.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

8.1.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, materiais lúdicos e equipamentos necessários para a prestação do serviço, os quais deverão estar inclusos nos custos prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante obriga-se a:

9.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade recebida provisoriamente com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.1.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. FONTES DE PESQUISA

10.1. COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

10.2. Outros entes públicos.

10. EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

10.1. Elaborado em 08/04/2024.

Igor Elias Telma

Igor Elias Telma
Auxiliar Administrativo.
Matrícula 4766020
Responsável pela elaboração deste

Daiane dos Santos
Assessor de Área II – Responsável pela Área de Apoio Administrativo.
Matrícula 4765251
Fiscal do contrato

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13

RAZÃO SOCIAL: COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 48.398.998/0001-50 I.E.: 138.085.714.113

ENDEREÇO: RUA FIDÊNCIO RAMOS, 223 - CONJ 122 - VILA OLÍMPIA - SÃO PAULO/SP - CEP 04.551-010

PROPOSTA DE PREÇOS
À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
PIÊN PR

LOTE	NÍVEL ESCOLAR	COLEÇÃO	VALOR TOTAL DO LOTE
01	FUNDAMENTAL I	ACERTA	**91.400,00**
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:			**91.400,00**

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 30 dias
PRAZO DE PAGAMENTO: 30 dias

4 de Abril de 2024

José Dimas Tortelli Junior
Diretor

48.398.998/0001-50

COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA.

RUA FIDÊNCIO RAMOS, 223 - CONJ 122 - VILA OLÍMPIA - SÃO PAULO/SP - CEP 04.551-010

14

LOTE 04 - KITS DE MATERIAIS PARADIDÁTICOS COM FOCO NAS HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA, PAUTADO NOS DOCUMENTOS MANDATÓRIOS OFICIAIS E NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS COM MATRIZ DE REFERÊNCIA SAEB PARA OS ESTUDANTES E PROFESSORES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - COLEÇÃO ACERTA BRASIL #SUPERA IDEB – APRENDER EDITORA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNITÁRIO	QUANT.	VALOR TOTAL
1	**KIT DO ALUNO - 5º ANO - Acerta Brasil #SuperaIDE – Língua Portuguesa** - Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa - Aprender Editora - contendo Livro de Atividades; Suplemento Questões Bônus; Provas.	KIT	R$ 196,00	210	R$ 41.160,00
2	**KIT DO PROFESSOR - 5º ANO - Acerta Brasil #SuperaIDEB – Língua Portuguesa** - Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa - Aprender Editora - contendo: Guia de Orientações Didáticas; Livro de Atividades.	KIT	R$ 454,00	10	R$ 4.540,00
3	**KIT DO ALUNO - 5º ANO - Acerta Brasil #SuperaIDE – Matemática** - Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa - Aprender Editora - contendo: Livro de Atividades; Suplemento Questões Bônus; Provas.	KIT	R$ 196,00	210	R$ 41.160,00
4	**KIT DO PROFESSOR - 5º ANO - Acerta Brasil #SuperaIDEB – Matemática** - Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa - Aprender Editora - contendo: Guia de Orientações Didáticas; Livro de Atividades.	KIT	R$ 454,00	10	R$ 4.540,00
				TOTAL DO LOTE:	**R$ 91.400,00**

PLANO DE ATIVIDADES FORMATIVAS

***16 horas/aulas** em modelo remoto composta por acompanhamento pedagógico; atividades formativas para os educadores; demonstração e utilização das Plataformas Aprender Formar e Aprender Avaliar; aplicação das Provas.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL
COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ sob nº 48.398.998/0001-50
NIRE: 35260130141

Os abaixo identificados e qualificados:

MURILO ROBERTO COSMO, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 062.320.739-75, portador da cédula de identidade RG nº 9.095.975-1 SESP/PR, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba/PR, respectivamente, na Rua Rodrigues Alves, 234 - Apto 703B - Seminário – Curitiba – PR - CEP 80240-460;

JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 016.981.348-78, portador da carteira de identidade RG nº 10.301.092-0 IICC-SP, residente e domiciliado na Rua Palmeiras, nº 699 – apto 53, Bairro Agua Verde, Curitiba – PR, CEP 80620-110 e

JOSÉ DIMAS TORTELLI JUNIOR, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/MF sob nº 062.000.209-30, portador da carteira de identidade RG nº 9.596.503-2 SESP/PR, residente e domiciliado na Avenida Manoel Ribas, nº 2420, apto 23, torre 01, Bairro Mercês, Curitiba – PR, CEP 80810-000;

GIOVANI PACHECO COSTA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, professor, inscrito no CPF/MF sob nº 662.999.930-49, portador da carteira de identidade RG nº 5.404.554-1 SESP/SC, residente e domiciliado na Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 656, Bairro Cajuru, Curitiba – PR, CEP 82960-000;

EDUARDO DA SILVA, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, pedagogo, inscrito no CPF/MF sob nº 885.011.679-91, portador da carteira de identidade RG nº 5.296.110-6 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Sadi Antonio Zortea, nº 1190, Bairro Coqueiral, Cascavel – PR, CEP 85807-560;

Únicos sócios da sociedade limitada que gira nesta praça sob o nome de **COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA** com sede e domicílio na Rua: Fidêncio Ramos, nº223, Conjunto 122, Vila Olímpia, São Paulo/SP – CEP:

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL
COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ sob nº 48.398.998/0001-50
NIRE: 35260130141

04.551.010., e inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.398.998/0001-50, registrada na Junta Comercial de São Paulo, sob nº 35260130141 em 25/10/2022.

Resolvem alterar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO QUADRO SOCIETARIO: Neste ato retira-se da sociedade o sócio **MURILO ROBERTO COSMO** já qualificado supra, neste ato, cedendo e transferindo, de forma onerosa, como de fato cedido e transferido tem, com o consentimento unânime de todas as partes, a totalidade de suas 120.000 (cento e vinte mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, com valor nominal de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para os sócios remanescentes.

Parágrafo único: O cedente, o cessionário e a sociedade dão-se, neste ato, plena, irrevogável e irretratável quitação com relação à cessão e transferência de quotas acima efetuada, para nada mais reclamar uns dos outros, a qualquer título ou sob qualquer condição.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em decorrência da alteração ocorrida nas cláusulas anteriores, o capital social no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divido em 300.000 (trezentas mil) quotas de capital no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, inteiramente subscritas e integralizadas, ficam assim distribuídos entre os sócios remanescentes:

SÓCIOS	(%)	QUOTAS	VALOR
JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN	42,5%	127.500	R$ 127.500,00
JOSÉ DIMAS TORTELLI JUNIOR	42,5%	127.500	R$ 127.500,00
GIOVANI PACHECO COSTA	7,5%	22.500	R$ 22.500,00
EDUARDO DA SILVA	7,5%	22.500	R$ 22.500,00
TOTAL	100%	300.000	R$ 300.000,00

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

17

CLÁUSULA TERCEIRA – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL: A administração da sociedade cabe a **JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN**, com poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizados o uso do nome empresarial isoladamente.

§1º- É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§2º- Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

§3º- Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

§4º- A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: O Administrador declara, sob as penas da lei, que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL
COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ sob nº 48.398.998/0001-50
NIRE: 35260130141

CLÁUSULA QUINTA – ALTERAÇÃO DADOS DO SÓCIO: Neste ato o sócio **JOSÉ DIMAS TORTELLI JUNIOR** altera seu endereço, sendo que comunica que atualmente é residente e domiciliado a Rua Palmeiras, nº 699 – apto 53, Bairro Agua Verde, Curitiba – PR, CEP 80620-110.

CLÁUSULA SEXTA - CONSOLIDAÇÃO: A vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social, que passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO
COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ sob nº 48.398.998/0001-50
NIRE: 35260130141

JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 016.981.348-78, portador da carteira de identidade RG nº 10.301.092-0 IICC-SP, residente e domiciliado na Rua Palmeiras, nº 699 – apto 53, Bairro Agua Verde, Curitiba – PR, CEP 80620-110 e

JOSÉ DIMAS TORTELLI JUNIOR, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/MF sob nº 062.000.209-30, portador da carteira de identidade RG nº 9.596.503-2 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Palmeiras, nº 699 – apto 53, Bairro Agua Verde, Curitiba – PR, CEP 80620-110;

GIOVANI PACHECO COSTA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, professor, inscrito no CPF/MF sob nº 662.999.930-49, portador da carteira de identidade RG nº 5.404.554-1 SESP/SC, residente e domiciliado na Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 656, Bairro Cajuru, Curitiba – PR, CEP 82960-000;

EDUARDO DA SILVA, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, pedagogo, inscrito no CPF/MF sob nº 885.011.679-91, portador da carteira de identidade RG nº 5.296.110-6 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Sadi Antonio Zortea, nº 1190, Bairro Coqueiral, Cascavel – PR, CEP 85807-560;

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL
COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ sob nº 48.398.998/0001-50
NIRE: 35260130141

Únicos sócios da sociedade limitada que gira nesta praça sob o nome de **COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA** com sede e domicílio na Rua: Fidêncio Ramos, nº223, Conjunto 122, Vila Olímpia, São Paulo/SP – CEP: 04.551.010., e inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.398.998/0001-50, registrada na Junta Comercial de São Paulo, sob nº 35260130141 em 25/10/2022.

Resolvem constituir uma Sociedade Empresaria Limitada mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO: A sociedade gira sob o nome empresarial de **COMPASS – SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA** e tem sede e domicilio na Rua: Fidêncio Ramos, nº223, Conjunto 122, Vila Olímpia, São Paulo/SP – CEP: 04.551.010.

CLÁUSULA SEGUNDA – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade inicia suas atividades em 25/10/2022 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – OBJETO SOCIAL: a sociedade tem por objeto social as atividades no ramo de edição de livros, representantes comerciais e agentes do comércio de jornais revistas e outras publicações, comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações, comércio varejista de livros, serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares e exploração de jogos eletrônicos recreativos.

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL
COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ sob nº 48.398.998/0001-50
NIRE: 35260130141

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divido em 300.000 (trezentas mil) quotas de capital no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, inteiramente subscritas e integralizadas, ficam assim distribuídos entre os sócios:

SÓCIOS	(%)	QUOTAS	VALOR
JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN	42,5%	127.500	R$ 127.500,00
JOSÉ DIMAS TORTELLI JUNIOR	42,5%	127.500	R$ 127.500,00
GIOVANI PACHECO COSTA	7,5%	22.500	R$ 22.500,00
EDUARDO DA SILVA	7,5%	22.500	R$ 22.500,00
TOTAL	100%	300.000	R$ 300.000,00

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SETIMA – CESSÃO E TRANSFERENIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferencia, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferencia, as quotas poderão ser livremente transferidas.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

CLÁUSULA OITAVA – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL: A administração da sociedade cabe a **JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN**, com poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizados o uso do nome empresarial isoladamente.

§1º- É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§2º- Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

§3º- Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

§4º- A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – RETIRADA PRÓ- LABORE: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, coincidente com o ano civil, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, podendo todos os sócios participar de forma **DESPROPORCIONAL** a sua quantidade de quotas do capital da sociedade, levando em consideração o acordado por todos os sócios administradores.

Parágrafo único: A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de antecipação de lucros e ainda poderá ser dado de forma desproporcional ao valor das quotas do capital de cada um. Neste caso deverá ser observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS: Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima. (Lei nª 6.404/73) conforme faculta o § único do art. 1.053 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DIREITO DE RECESSO: Em caso de modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra transformação, se não houver o consentimento de todos os sócios, o dissidente da decisão majoritária poderá retirar-se da sociedade nos 30 (trinta) dias subsequentes á deliberação, aplicando-se, neste caso, o disposto no art. 1031 da Lei 10.406/2002.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL
COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ sob nº 48.398.998/0001-50
NIRE: 35260130141

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba - PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

Lavrado em 01 (uma) via, lido, compreendido, conferido e elaborado de conformidade com as intenções dos sócios, assinam o presente instrumento, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

São Paulo – SP, 10 de outubro de 2023.

JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN **MURILO ROBERTO COSMO**

JOSÉ DIMAS TORTELLI JUNIOR **GIOVANI PACHECO COSTA**

EDUARDO DA SILVA

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 09/11/2023 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
Atos Contitutivos e alterações.pdf			
JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN	01698134878	22/11/23 14:55	AC SOLUTI Multipla v5 / PDF-1.7
EDUARDO DA SILVA	88501167991	22/11/23 14:56	AC CONSULTI BRASIL RFB / PDF-1.7
JOSE DIMAS TORTELLI JUNIOR	06200020930	22/11/23 14:56	AC SOLUTI Multipla v5 / PDF-1.7
GIOVANI PACHECO COSTA	66299993049	22/11/23 14:57	AC CONSULTI BRASIL RFB / PDF-1.7
MURILO ROBERTO COSMO	06232073975	23/11/23 09:00	AC ONLINE RFB v5 / PDF-1.7

Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº SPN2350608159

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPN2350608159** de Consolidação da Matriz e Alteração de Capital e QSA da empresa **COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA.**

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Marcelo José Duarte Lopes**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 27/11/2023.

Marcelo José Duarte Lopes, CPF: 30520265858

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo José Duarte Lopes e é parte integrante sob o protocolo Nº SPN2350608159.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA de NIRE 35260130141**, protocolizado sob o número **SPN2350608159** em **27/11/2023**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1226896236**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Maria Cristina Frei**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 27/11/2023.

Maria Cristina Frei, CPF: 14804696881

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP
Fone: (11) 3468-3080

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 1.226.896/23-6 em 27/11/2023 da empresa COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA, NIRE nº 35260130141, protocolado sob o nº SPN2350608159. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 225839494. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e a quem interessar possa, que a empresa **COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º **48.398.998/0001-50**, com sede na **Rua Fidêncio Ramos, 223 – Conjunto 122 – Vila Olímpia**, Município de **São Paulo**, Estado de **São Paulo**, CEP 04551-010, forneceu kits de materiais didáticos semiestruturados, contendo livros, formação pedagógica continuada presencial e a distância (em processo de fornecimento), acesso a recurso e plataformas digitais, através da Inexigibilidade n.º 14/2024, sendo executado satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade pelas obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Campo Largo, 10 de abril de 2024.

Bruno Cezar da Cruz
Diretor
Portaria 642/2022

Bruno Cézar da Cruz
Diretor Geral
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

28

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e a quem interessar possa, que a empresa **COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 48.398.998/0001-50, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 223 – Conjunto 122 – Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-010, forneceu kits de materiais didáticos semiestruturados, contendo livros, formação pedagógica continuada a distância, acesso a recurso e plataformas digitais, para a rede municipal de ensino de São Mateus do Sul, através do Processo de Inexigibilidade de Licitação 18/2023, Contrato 386/2023, sendo executado satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade pelas obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

São Mateus do Sul, 10 de abril de 2024.

Aline S. Zelinski

Aline Schmidt Zelinski
Gestor de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN, Piên - PR

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Declaramos com fundamento no artigo 74, I e § 1º da Lei 14.133/2021, que as obras mencionadas abaixo, são de edição e publicação exclusiva em todo o território nacional do(a) Aprender Editora, situada na Rua Marvin, 104 Q 17 L 05 - 60821-790 - Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.291.793/0001-94, filiada a esta Câmara sob o nº 1900 conforme consta nos bancos de dados da Câmara Brasileira do Livro (Agência Brasileira do ISBN). Atesta ainda, para fins de inexigibilidade de licitação conforme declaração emitida pela empresa acima qualificada que a empresa COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, situada na Rua Fidêncio Ramos, 223 CONJ 122 - 04551-010 - São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 48.398.998/0001-50 e Inscrição Estadual nº 138085714113 está exclusivamente autorizada a distribuir e comercializar as obras abaixo no Estado de PR.

1. Obra: Coleção Acerta Brasil #supera IDEB
   ISBN: 978-85-8314-195-2
2. Obra: ACerta Brasil #superaIDEB 5: língua portuguesa
   ISBN: 978-65-5610-244-3
3. Obra: ACerta Brasil #superaIDEB 5: língua portuguesa: questões bônus
   ISBN: 978-65-5610-238-2
4. Obra: ACerta Brasil #superaIDEB 5: língua portuguesa: guia de orientações didáticas
   ISBN: 978-65-5610-235-1
5. Obra: ACerta Brasil #superaIDEB 5: matemática
   ISBN: 978-65-5610-245-0
6. Obra: ACerta Brasil #superaIDEB 5: matemática: questões bônus
   ISBN: 978-65-5610-237-5
7. Obra: ACerta Brasil #superaIDEB 5: matemática: guia de orientações didáticas
   ISBN: 978-65-5610-236-8

VÁLIDO ATÉ 06/10/2024

Câmara Brasileira do Livro

Para verificar a autenticidade da carta de exclusividade, clique aqui e digite o código CE-2413315.

R. Cristiano Viana, 91, 05411-000 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3069-1300
http://www.cbl.org.br - e-mail: exclusividade@cbl.org.br

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ E COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

O MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida Padre Natal Pigatto, 925, na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.105.618/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, MAURICIO ROBERTO RIVABEM, doravante denominado **CONTRATANTE** e **COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 48.398.998/0001-50, sediado(a) na Rua Fidêncio Ramos, 223, Conjunto 122, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP.: 04.551-010, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo sócio JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN, inscrito no CPF sob nº 016.981.348-78 e RG 10301092 SESP/PR, tendo em vista o que consta no Processo nº 6737/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade nº. 014/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ACERTA BRASIL PARA OS ALUNOS DO 5º ANO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	KIT DE MATERIAIS SEMIESTRUTURADOS PARA OS ALUNOS DO 5° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I. KIT ALUNO - ACERTA BRASIL SUPERA IDEB - LÍNGUA PORTUGUESA 5. ORGANIZADORA: ANA CRISTINA MIRANDA DA COSTA. APRENDER EDITORA. CONTÉM: LIVRO DO ALUNO; SUPLEMENTO QUESTÕES BÔNUS E AVALIAÇÕES.	KIT	1.660	R$ 196,00	R$ 325.360,00
2	KIT DE MATERIAIS SEMIESTRUTURADOS PARA OS ALUNOS DO 5° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. KIT ALUNO - ACERTA BRASIL SUPERA IDEB - MATEMÁTICA 5. ORGANIZADORA: ANA CRISTINA MIRANDA DA COSTA. APRENDER EDITORA. CONTÉM: LIVRO DO ALUNO; SUPLEMENTO QUESTÕES BÔNUS E AVALIAÇÕES.	KIT	1.660	R$ 196,00	R$ 325.360,00
3	KIT DE MATERIAIS SEMIESTRUTURADOS PARA OS PROFESSORES DO 5° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I. KIT PROFESSOR: ACERTA BRASIL SUPERAI DEB – LÍNGUA PORTUGUESA 5. ORGANIZADORA: ANA CRISTINA MIRANDA DA COSTA. APRENDER EDITORA. CONTÉM: GUIA DE ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS; LIVRO DO ALUNO.	KIT	83	R$ 454,00	R$ 37.682,00
4	KIT DE MATERIAIS SEMIESTRUTURADOS PARA OS PROFESSORES DO 5° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I. KIT PROFESSOR: ACERTA BRASIL SUPERAI DEB - MATEMÁTICA 5. ORGANIZADORA: ANA CRISTINA MIRANDA DA COSTA. APRENDER EDITORA. CONTÉM: GUIA DE ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS; LIVRO DO ALUNO.	KIT	83	R$ 454,00	R$ 37.682,00
	SOMA				**R$ 726.084,00**

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e8ab03d87a3.

32

- A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Presencial;
- A Proposta do contratado; e
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de **R$ 726.084,00 (Setecentos e vinte e seis mil e oitenta e quatro reais)** para o lote único.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, combustível, manutenção, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será feito em até 15 (quinze) dias após o protocolo da nota fiscal, no Setor de Protocolo – Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), devidamente atestada pelo fiscal do contrato, presencialmente ou através do e-mail protoco-locl@campolargo.pr.gov.br, acompanhada dos seguintes documentos:

a. Requerimento de solicitação de pagamento
b. Nota fiscal
c. Certidão Negativa de Débitos relativos e Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União em plena validade
d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas em plena validade
e. Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual em plena validade
f. Certidão Negativa Municipal em plena validade
g. Certidão de Regularidade do FGTS em plena validade;

6.3 Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal ou documentos, estes serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções.

6.4 A Prefeitura Municipal de Campo Largo somente efetivará o pagamento devido, através de depósito em conta corrente da empresa vencedora do certame, não sendo quitados débitos através de boletos.

6.5 Em caso de atraso no pagamento de quaisquer parcelas, por culpa exclusiva da Administração, o valor será corrigido monetariamente pela aplicação do IPCA, a partir da data de seus vencimentos até a data

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e8a

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculados pro rata die, a partir da data do vencimento.

33

6.6 Não gerarão direito a reajuste e atualização monetária os produtos que forem entregues com atraso imputável à CONTRATADA.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Decreto Municipal nº 126/2023.

6.8 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

6.9 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu pagamento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, mediante pedido devidamente protocolado e fundamentado por processo digital do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o protocolo do pedido de reajuste.

7.3 Os valores poderão ser revistos e/ou reajustados a requerimento do Contratado, quando houver acréscimos significativos nos preços dos insumos que compõe o seu custo, desde que comprovado o impacto econômico-financeiro. Para o reajuste de valores será observada a capacidade de pagamento do Município, ficando exclusivamente sob sua responsabilidade autorizar ou não o reajuste, tendo como data-base o protocolo digital do requerimento.

7.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e8ab03d87a3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

7.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

34

7.09 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante, no que couber:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Campo Largo para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, no que couber:

- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e0a

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

- Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e8ab03d87a3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

36

- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços avençados, isentando o contratante de toda e qualquer reclamação de qualquer natureza que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que o CONTRATANTE julgar necessário;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e8a a3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado. 37

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b",

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e8ab03d87a3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

"c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias corridos;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" da Cláusula Décima Segunda, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" da Cláusula Décima Segunda, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" da Cláusula Décima Segunda, a multa será de 15% (dez por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" da Cláusula Décima Segunda, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" da Cláusula Décima Segunda, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

38

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

STE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
ARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e6al

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

39

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14 Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e8ab03d87a3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

- Indenizações e multas.

13. 6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021). 40

13.7 O contrato poderá ainda ser extinto:

a. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

b. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

c. houver o julgamento do Processo nº 575.332/2022 perante o Tribunal de Contas do Paraná, que possibilite o andamento da Concorrência Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUSPENSÃO DO CONTRATO

14.1 Reserva-se ao CONTRATANTE, o direito de suspender o presente Contrato a qualquer tempo, mediante aviso prévio de até 10 dias à CONTRATADA, por motivo de força maior, fato superveniente, falta de recursos financeiros ou qualquer causa que impossibilite sua continuação, desde que devidamente justificada pelo CONTRATANTE, mediante pagamento único e exclusivo daqueles serviços já executados, até a data da suspensão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Código Reduzido: 255
Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 1 - Diretoria de Educação
Ação: 2019 – Funcionamento do Ensino Fundamental
Vínculo: 00107 – Salário Educação
Subelemento: 3339030000000000000 – Material de Consumo

Código Reduzido: 393
Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 1 - Diretoria de Educação
Ação: 2031 – Funcionamento do Ensino Fundamental – 30% FUNDEB
Vínculo: 00102 – FUNDEB 30% Ex. Corre
Subelemento: 3339030000000000000 – Material de Consumo

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

STE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
ARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e6a

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 A fiscalização do contrato será exercida pelas servidoras públicas municipais Sra. Adriane Carneiro e como suplente de fiscalização a Sra. Luciane Sobota.

41

17.2 O CONTRATADO se compromete a aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, fiscalização, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE.

17.3 A existência e atuação da fiscalização da contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do CONTRATADO, no que concerne à execução dos serviços contratados e as suas consequências legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

16.1 Fica a CONTRATADA obrigada ao fornecimento e atualização de dados e informações de natureza cadastral e de pesquisa, conforme solicitação e orientação da CONTRATANTE, sobre os veículos e condutores colocados em serviço para atendimento deste contrato, inclusive os veículos e pessoal de reserva.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA FORO (art. 92, §1º)

20.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual que não puderem

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e8ab03d87a3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

ser compostos pela conciliação, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento contratual, por si e seus sucessores, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo. 42

Campo Largo, 06 de março de 2024.

MUNICIPIO DE CAMPO LARGO
Assinado Digitalmente por:
MAURICIO ROBERTO RIVABEM
836.772.409-72
06/03/2024 14:42:08

MAURÍCIO ROBERTO RIVABEM
CONTRATANTE

JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN:01698134878
Assinado de forma digital por JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN:01698134878
Dados: 2024.03.07 13:26:57 -03'00'

JUAN EUGENIO FRAILE FORTUN
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

MUNICIPIO DE CAMPO LARGO
Assinado Digitalmente por:
ADRIANE CARNEIRO FERREIRA
660.806.069-68
07/03/2024 08:05:58
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ADRIANE CARNEIRO FERREIRA
FISCAL DE CONTRATO

LUCIANE MARIA LIPISKI SOBOTA
FISCAL SUPLENTE

STE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/03/2024 14:42 -03:00 -03
ARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e8at

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo
CEP 83.601-630
76.105.618/0001-88

RECEBEMOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO DE: Compass Solucoes em Educacao e Tecnologia LTDA		NF-e
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NÚMERO 28
		SÉRIE 3

COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA

Rua Fidencio ramos,223. Apto 122
Vila Olimpia
SAO PAULO - SP
C.N.P.J./C.P.F. **48.398.998/0001-50**
FONE **(41)3342-7004** CEP **04551-010**

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 28
SÉRIE 3
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
3524 0348 3989 9800 0150 5500 3000 0000 2816 6850 4676

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada

43

NATUREZA DA OPERAÇÃO	NÚMERO PROTOCOLO
Venda Merc.Ad.Terceiros-C.Final - DM	135240492462350 07/03/2024 11:46:49

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC.ESTADUAL DO SUBST.TRIBUT.	CNPJ/CPF
138085714113		48.398.998/0001-50

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF		DATA EMISSÃO
MUNICIPIO DE BOCAIUVA DO SUL		76.105.592/0001-78		07/03/2024
ENDEREÇO	**BAIRRO / DESTRITO**		**CEP**	**DATA DE ENT / SAI**
RUA CARLOS ALBERTO RIBEIRO, 21	CENTRO		83450-000	07/03/2024
MUNICÍPIO	**FONE / FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
BOCAIUVA DO SUL	(41)3675-3950	PR		11:19:00

FATURA / DUPLICATA

001 07/03/2024 655.161,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

E DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 655.161,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**DESCONTO**	**OUTRAS DESPESAS ACES.**	**VALOR DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 655.161,00

TRANSPORTADOR / VOLUME

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA	UF	CNPJ / CPF
	0-Por conta do Remetente (CIF)				
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓD. PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V.ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
KITNL1A	NOVO LENDO 1 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	203,0000	477,00	96.831,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITNL2A	NOVO LENDO 2 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	250,0000	477,00	119.250,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITTEMA1A	PROJETO TEMA 1 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	260,0000	434,00	112.840,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITTEMA2A	PROJETO TEMA 2 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	260,0000	434,00	112.840,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITABM5A	ACERTA BRASIL MAT 5 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	230,0000	196,00	45.080,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITABP5A	ACERTA BRASIL POR 5 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	230,0000	196,00	45.080,00	0,00	0,00		0,00	0,00
JIRP	FLUIR DAS EMOCOES - LIVRO DO PROFESSOR	49019900	041	6102	UN	120,0000	1.027,00	123.240,00	0,00	0,00		0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
- IMUNIDADE TRIBUTARIA CONFORME ARTIGO 150, INCISO VI, ALINEA d DA CONSTITUICAO FEDERAL DE 05/10/88. NAO INCIDENCIA DE ICMS, CONFORME ARTIGO 3 INCISO I ALINEA A DO DECRETO 6.080/2012. Cod. Cliente 957121 Pedido: 0 NOTA DE EMPENHO No. 882/2024 - PROCESSO 7082/2023 - No. DA LICITACAO 6/2024 - CONTRATO 3/2024 - DADOS BANCARIOS: BANCO ITAU 341 - AGENCIA 0273 - CONTA CORRENTE 99409-5	

Gerado por eDocs - www.senior.com.br - 0800 648 3300

RECEBEMOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO DE: Compass Solucoes em Educacao e Tecnologia LTDA		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NÚMERO 29
		SÉRIE 3

COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA

Rua Fidencio ramos,223. Apto 122
Vila Olimpia
SAO PAULO - SP
C.N.P.J./C.P.F. **48.398.998/0001-50**
FONE **(41)3342-7004** CEP **04551-010**

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA **1**

Nº **29**
SÉRIE **3**
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
3524 0348 3989 9800 0150 5500 3000 0000 2917 3121 6846

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada

44

NATUREZA DA OPERAÇÃO		NÚMERO PROTOCOLO
Venda Merc.Ad.Terceiros-C.Final - DM		135240492462399 07/03/2024 11:46:50
INSCRIÇÃO ESTADUAL	**INSC.ESTADUAL DO SUBST.TRIBUT.**	**CNPJ/CPF**
138085714113		48.398.998/0001-50

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF		DATA EMISSÃO
MUNICIPIO DE BOCAIUVA DO SUL		76.105.592/0001-78		07/03/2024
ENDEREÇO	**BAIRRO / DESTRITO**		**CEP**	**DATA DE ENT / SAI**
RUA CARLOS ALBERTO RIBEIRO, 21	CENTRO		83450-000	07/03/2024
MUNICÍPIO	**FONE / FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
BOCAIUVA DO SUL	(41)3675-3950	PR		11:31:00

FATURA / DUPLICATA

001 07/03/2024 42.883,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

E DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 42.883,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**DESCONTO**	**OUTRAS DESPESAS ACES.**	**VALOR DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 42.883,00

TRANSPORTADOR / VOLUME

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA	UF	CNPJ / CPF
	0-Por conta do Remetente (CIF)				
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**		**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓD. PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V.ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
KITTEMA2P	PROJETO TEMA 2 - KIT DO PROFESSOR	49019900	041	6102	UN	13,0000	736,00	9.568,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITABM5P	ACERTA BRASIL MAT 5 - KIT DO PROFESSOR	49019900	041	6102	UN	12,0000	454,00	5.448,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITABP5P	ACERTA BRASIL POR 5 - KIT DO PROFESSOR	49019900	041	6102	UN	12,0000	454,00	5.448,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITNL1A	NOVO LENDO 1 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	47,0000	477,00	22.419,00	0,00	0,00		0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
- IMUNIDADE TRIBUTARIA CONFORME ARTIGO 150, INCISO VI, ALINEA d DA CONSTITUICAO FEDERAL DE 05/10/88. NAO INCIDENCIA DE ICMS, CONFORME ARTIGO 3 INCISO I ALINEA A DO DECRETO 6.080/2012. Cod. Cliente 957121 Pedido: 0 NOTA DE EMPENHO No. 883/2024 - PROCESSO 7082/2023 - No. DA LICITACAO 6/2024 - CONTRATO 3/2024 - DADOS BANCARIOS: BANCO ITAU 341 - AGENCIA 0273 - CONTA CORRENTE 99409-5	

Gerado por eDocs - www.senior.com.br - 0800 648 3300

RECEBEMOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO DE: Compass Solucoes em Educacao e Tecnologia LTDA		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NÚMERO 36
		SÉRIE 3

COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA

Rua Fidencio ramos,223. Apto 122
Vila Olimpia
SAO PAULO - SP
C.N.P.J./C.P.F. **48.398.998/0001-50**
FONE **(41)3342-7004** CEP **04551-010**

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 36
SÉRIE 3
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
3524 0348 3989 9800 0150 5500 3000 0000 3614 7465 3759

45

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada

NATUREZA DA OPERAÇÃO	NÚMERO PROTOCOLO
Venda Merc.Ad.Terceiros-C.Final - DM	135240626065608 25/03/2024 08:54:33

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC.ESTADUAL DO SUBST.TRIBUT.	CNPJ/CPF
138085714113		48.398.998/0001-50

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA EMISSÃO
MUNICIPIO DE CAMPO LARGO	76.105.618/0001-88	25/03/2024

ENDEREÇO	BAIRRO / DESTRITO	CEP	DATA DE ENT / SAI
AV PADRE NATAL PIGATTO, 925	CENTRO ADMINISTRATIVO	83601-630	25/03/2024

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
CAMPO LARGO	(41)3291-5000	PR		08:52:00

FATURA / DUPLICATA

001 25/03/2024 75.364,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 75.364,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACES.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 75.364,00

TRANSPORTADOR / VOLUME

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA	UF	CNPJ / CPF
	0-Por conta do Remetente (CIF)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓD. PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V.ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
KITABP5P	ACERTA BRASIL POR 5 - KIT DO PROFESSOR	49019900	041	6102	UN	83,0000	454,00	37.682,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITABM5P	ACERTA BRASIL MAT 5 - KIT DO PROFESSOR	49019900	041	6102	UN	83,0000	454,00	37.682,00	0,00	0,00		0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
- IMUNIDADE TRIBUTARIA CONFORME ARTIGO 150, INCISO VI, ALINEA d DA CONSTITUICAO FEDERAL DE 05/10/88. NAO INCIDENCIA DE ICMS, CONFORME ARTIGO 3 INCISO I ALINEA A DO DECRETO 6.080/2012. Cod. Cliente 957126 Pedido: 0 NOTA DE EMPENHO No. 2757/2024 - LICITACAO 14/2024 - No. do CONTRATO: 53/2024 - DADOS BANCARIOS: BANCO ITAU 341 - AGENCIA 0273 - CONTA CORRENTE 99409-5 - LOCAL DE ENTREGA: Provas e livros dos professores Bloco 03 da Educacao (Avenida Padre Natal Pigatto, 925 Centro Administrativo).	

Gerado por eDocs - www.senior.com.br - 0800 648 3300

RECEBEMOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO DE: Compass Solucoes em Educacao e Tecnologia LTDA		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NÚMERO 37
		SÉRIE 3

COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA

Rua Fidencio ramos,223. Apto 122
Vila Olimpia
SAO PAULO - SP
C.N.P.J./C.P.F. **48.398.998/0001-50**
FONE **(41)3342-7004** CEP **04551-010**

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 37
SÉRIE 3
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
3524 0348 3989 9800 0150 5500 3000 0000 3713 8214 6050

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada

46

NATUREZA DA OPERAÇÃO	NÚMERO PROTOCOLO
Venda Merc.Ad.Terceiros-C.Final - DM	135240626115883 25/03/2024 08:58:08

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC.ESTADUAL DO SUBST.TRIBUT.	CNPJ/CPF
138085714113		48.398.998/0001-50

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA EMISSÃO
MUNICIPIO DE CAMPO LARGO	76.105.618/0001-88	25/03/2024

ENDEREÇO	BAIRRO / DESTRITO	CEP	DATA DE ENT / SAI
AV PADRE NATAL PIGATTO, 925	CENTRO ADMINISTRATIVO	83601-630	25/03/2024

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
CAMPO LARGO	(41)3291-5000	PR		08:56:00

FATURA / DUPLICATA

001 25/03/2024 50.960,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.960,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACES.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.960,00

TRANSPORTADOR / VOLUME

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA	UF	CNPJ / CPF
	0-Por conta do Remetente (CIF)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓD. PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V.ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
KITABM5A	ACERTA BRASIL MAT 5 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	260,0000	196,00	50.960,00	0,00	0,00		0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- IMUNIDADE TRIBUTARIA CONFORME ARTIGO 150, INCISO VI, ALINEA d DA CONSTITUICAO FEDERAL DE 05/10/88. NAO INCIDENCIA DE ICMS, CONFORME ARTIGO 3 INCISO I ALINEA A DO DECRETO 6.080/2012. Cod. Cliente 957126 Pedido: 0 NOTA DE EMPENHO No. 2758/2024 - LICITACAO 14/2024 - No. do CONTRATO: 53/2024 - DADOS BANCARIOS: BANCO ITAU 341 - AGENCIA 0273 - CONTA CORRENTE 99409-5 - LOCAL DE ENTREGA: Livros dos alunos Avenida Padre Natal Pigatto, 697 Centro 83601-630 Campo Largo PR A/C JORGE (41) 99793-1300

RESERVADO AO FISCO

Gerado por eDocs - www.senior.com.br - 0800 648 3300

RECEBEMOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO DE: Compass Solucoes em Educacao e Tecnologia LTDA		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NÚMERO 38
		SÉRIE 3

COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA

Rua Fidencio ramos,223. Apto 122
Vila Olimpia
SAO PAULO - SP
C.N.P.J./C.P.F. **48.398.998/0001-50**
FONE **(41)3342-7004** CEP **04551-010**

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA **1**

Nº **38**
SÉRIE **3**
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
3524 0348 3989 9800 0150 5500 3000 0000 3816 4214 0711

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada

47

NATUREZA DA OPERAÇÃO	NÚMERO PROTOCOLO
Venda Merc.Ad.Terceiros-C.Final - DM	135240626143224 25/03/2024 09:00:09

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC.ESTADUAL DO SUBST.TRIBUT.	CNPJ/CPF
138085714113		48.398.998/0001-50

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA EMISSÃO
MUNICIPIO DE CAMPO LARGO	76.105.618/0001-88	25/03/2024

ENDEREÇO	BAIRRO / DESTRITO	CEP	DATA DE ENT / SAI
AV PADRE NATAL PIGATTO, 925	CENTRO ADMINISTRATIVO	83601-630	25/03/2024

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
CAMPO LARGO	(41)3291-5000	PR		08:58:00

FATURA / DUPLICATA

001 25/03/2024 599.760,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

E DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 599.760,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACES.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 599.760,00

TRANSPORTADOR / VOLUME

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA	UF	CNPJ / CPF
	0-Por conta do Remetente (CIF)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓD. PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V.ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
KITABP5A	ACERTA BRASIL POR 5 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	1660,0000	196,00	325.360,00	0,00	0,00		0,00	0,00
KITABM5A	ACERTA BRASIL MAT 5 - KIT DO ALUNO	49019900	041	6102	UN	1400,0000	196,00	274.400,00	0,00	0,00		0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
- IMUNIDADE TRIBUTARIA CONFORME ARTIGO 150, INCISO VI, ALINEA d DA CONSTITUICAO FEDERAL DE 05/10/88. NAO INCIDENCIA DE ICMS, CONFORME ARTIGO 3 INCISO I ALINEA A DO DECRETO 6.080/2012. Cod. Cliente 957126 Pedido: 0 NOTA DE EMPENHO No. 3158/2024 - LICITACAO 14/2024 - No. do CONTRATO: 53/2024 - DADOS BANCARIOS: BANCO ITAU 341 - AGENCIA 0273 - CONTA CORRENTE 99409-5 - LOCAL DE ENTREGA: Livros dos alunos Avenida Padre Natal Pigatto, 697 Centro 83601-630 Campo Largo PR A/C JORGE (41) 99793-1300	

Gerado por eDocs - www.senior.com.br - 0800 648 3300

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

48

CNPJ: 48.398.998/0001-50

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	24020321171-37
Data e hora da emissão	07/02/2024 10:22:41
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

49

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0263646 - 2024

CPF/CNPJ Raiz: 48.398.998/
Contribuinte: COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA

Liberação: 05/03/2024
Validade: 01/09/2024

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 7.490.284-9- Inicio atv :25/10/2022 (R FIDENCIO RAMOS, 223 - CEP: 04551-010)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 11:18:04 horas do dia 12/04/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 226F8D1E

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

50

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.398.998/0001-50
Razão Social: COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOG
Endereço: RUA FIDENCIO RAMOS 223 CONJ 22 / VILA OLIMPIA / SAO PAULO / SP / 04551-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:30/03/2024 a 28/04/2024

Certificação Número: 2024033002425678029365

Informação obtida em 12/04/2024 11:10:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

51

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 48.398.998/0001-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:52:01 do dia 12/01/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/07/2024.
Código de controle da certidão: **7464.126A.D810.25F2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

52

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 48.398.998/0001-50
Certidão nº: 25765113/2024
Expedição: 12/04/2024, às 11:15:54
Validade: 09/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.398.998/0001-50, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PROTOCOLO Nº 2955/2024
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

53

1) OBJETIVO: Processo de inexigibilidade para aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação

2) MODALIDADE: Inexigibilidade.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 91.400,00 (noventa e um mil e quatrocentos reais)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

08.001.12.361.0009.2020. 3.3.90.30.00.00 – Conta 2110 – Kit Professor – Material de consumo.
08.001.12.361.0009.2020. 3.3.90.32.00.00 – Conta 2140 – Kit aluno – Material de distribuição gratuita.

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

Saldo Atualizado em 12 / 04 / 24 às 14 : 28 hrs R$ 157.700,25 (276.845,59)

(X) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
12 / 04 / 24

7) RECURSOS FINANCEIROS:

(X) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023
12 / 04 / 2024

Prefeitura de PIÊN

Secretaria de Administração e Finanças
Assessoria de Licitações e Contratos

DESPACHO PARA INEXIGIBILIDADE

54

PROTOCOLO Nº 2955/2024

OBJETO: Aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos

RAZÃO ESCOLHA DO CONTRATADO:

A Aquisição do material Acerta Brasil (#Supera IDEB), da Aprender Editora, é um material complementar, que tem como principal objetivo ampliar o conhecimento dos nossos alunos, vindo ao encontro das necessidades de aprendizagem dos estudantes do 5° Ano, que são submetidos a três edições da Prova Paraná, além da Prova Paraná Mais e Prova SAEB e, desta forma, precisam estar melhor preparados para obterem êxito nesses períodos em que são submetidos ás avaliações. Tendo em vista a análise da equipe técnica referente A coleção citada acima, a coordenação pedagógica justifica a aquisição deste material com base nos parâmetros pedagógicos apresentados, sendo um material estruturado, a coleção tem como foco o aperfeiçoamento das habilidades nas avaliações externas de larga escala atrelado a um projeto de formação de professores, para que possam garantir a melhora e o avanço nos resultados do IDEB pelas escolas e estudantes da Rede Municipal de Ensino no nosso município. Constitui-se de um material cuja forma de abrangência do conteúdo possibilita que os alunos adquiram o conhecimento e a prática necessária para os resultados positivos nas avaliações externas citadas, além de permitirem ao docente e ao aluno acompanhar os conhecimentos adquiridos, através de avaliações no formato das mesmas que são propostas pela SEED e MEC, assim como, realizar o diagnóstico do processo de aprendizagem, observando quais conteúdos necessitam ser retomados e quais intervenções devem ser planejadas. Este material também auxilia na aquisição de conceitos e de hábitos necessários como: o tempo delimitado para a resolução de atividades e simulados, o preenchimento de gabarito, o uso da caneta para esse preenchimento, entre outros.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço está dentro do praticado atualmente no mercado da região.

DOCUMENTOS DO PROCESSO

[x] Requerimento e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

[x] Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei.

[x] Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido – Informações Orçamentárias e Financeiras.

[x] Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária – Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.

[x] Autorização da autoridade competente.

[ ] No mínimo 3 (três) orçamentos/cotações.

[x] Contrato Social/Requerimento do empresário/Estatuto.

[ ] Publicação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/21.

Piên, 15 de abril de 2024

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Agente de contratação
Decreto nº 24, de 23 de janeiro de 2024

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 2955/2024
Assunto: *"Aquisição de Kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação".*
Requerente: Secretaria de Educação
Modalidade: Inexigibilidade

56

Parecer Jurídico

1. Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para abertura de processo para *"Aquisição de Kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação".*

O processo veio acompanhado do requerimento da secretaria municipal, estudo técnico preliminar, termo de referência, pesquisa de preço, carta de exclusividade, informações orçamentárias e financeiras para custear a demanda e consulta nas certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

2. Passamos a análise jurídica

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "*ressalvados os casos especificados na legislação*".

De acordo com Lei nº 14.133/21, a licitação é dispensada (ou dispensável) nas hipóteses descritas no art. 75 e, quanto a inexigibilidade, constante no art. 74 do referido diploma legal, dispõe que "*é inexigível a licitação quando inviável a competição*".

Cabe esclarecer que a licitação é inexigível quando ocorre, no caso concreto, circunstâncias especiais, de fato ou de direito, previstas em lei, as quais se revelam inviabilizadoras de competição, afastam peremptoriamente a licitação, consubstanciando numa presunção relativa de que a licitação não pode ser realizada em razão do objeto ou em razão da pessoa ou em razão de situações excepcionais.

Quanto ao tema, a legislação preceitua no art. 74, I, da Lei 14.133/21, que:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; (...)

No caso concreto, foi acostado ao procedimento carta de credenciamento e exclusividade, atestando que as obras a serem adquiridas no presente procedimento licitatório são de edição e publicação exclusiva em todo o território nacional da Aprender Editora, sendo que a Compass Soluções

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

em Educação e Tecnologia é a única autorizada a distribuir e comercializar as obras no Estado do Paraná, desse modo, resta configurada a inviabilidade de competição disposta no *caput* do art. 74 da Lei 14.133/2021.

57

Posto isto, registra-se que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativo, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu art. 72 elenca os documentos necessários para a contratação direta através de inexigibilidade:

> Art. 72. **O processo de contratação direta**, que compreende os casos de **inexigibilidade** e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, **termo de referência**, projeto básico ou projeto executivo;
> II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - **parecer jurídico e pareceres técnicos**, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV - **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido;
> V - **comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação** e qualificação mínima necessária;
> VI - **razão da escolha do contratado**;
> VII - **justificativa de preço**;
> VIII - **autorização da autoridade competente**.
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No presente processo administrativo, noto que foram atendidos os requisitos da legislação, em especial, quanto ao requerimento, estimativa da despesa, demonstração da compatibilidade de recursos orçamentários, justificativa da escolha da contratada e documentos de habilitação jurídica fornecidos pela área de licitações e contratos.

A Lei de Licitações estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira atestada pelo setor da contabilidade.

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Neste sentido, verifica-se a presença da autorização expressa da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos e a regularidade orçamentária para contratação.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Além disso, as irregularidades na contratação poderão configurar crime previsto no art. 337-E do Código Penal e, de maneira solidária, o contratado e o agente público responsável poderão responder pelo eventual dano causado ao erário, vejamos:

58

> **Contratação direta ilegal**
> Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei:
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Por fim, importante mencionar, que o art. 73 da referida Lei de Licitações prevê que se o gestor vier a contratar diretamente fora dos parâmetros e requisitos autorizados expressamente neste diploma, o contratado e o agente público "*responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis*".

3. Conclusão

Dessa forma, entendemos que o processo em comento atende os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e, diante da inviabilidade de competição apresentada nos autos, **opinamos pela legalidade da contratação direta**, neste caso, por inexigibilidade de licitação para atender a demanda apresentada pela Secretaria de Saúde, com base no permissivo legal expresso no art. 74, *caput*, I, da Lei nº 14.133/21.

Ressalta-se, por fim, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica da Secretaria solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento, pelo que o presente opinativo se cinge exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

S.M.J. É o parecer.

Piên, 16 de abril de 2024.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

Prefeitura de
PIÊN

MUNICÍPIO DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO N° 2955/2024
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 028/2024

59

Inexigibilidade de Licitação, na forma do Art. 74° *caput I*, da Lei Federal 14.133/21.

Objeto: Aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

PESSOA JURÍDICA: COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOG
CNPJ: 48.398.998/0001-50
VALOR: R$ 91.400,00 (noventa e um mil e quatrocentos reais)

Dotação Orçamentária:

08.001.12.361.0009.2020. 3.3.90.30.00.00 – Conta 2110 – Kit Professor – Material de consumo. *08.001.12.361.0009.2020. 3.3.90.32.00.00 – Conta 2140 – Kit aluno – Material de distribuição gratuita.*

Condição de Pagamento: Depósito bancário em até 30 dias após o recebimento da N.F.

Piên/PR, 16 de abril de 2024

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Compras e Licitações

60

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação **Nº 028/2024**, que tem como objeto Aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. em favor do proponente **COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOG – CNPJ: 48.398.998/0001-50** no valor total de R$ 91.400,00 (noventa e um mil e quatrocentos reais) com base no caput I do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores, de acordo com parecer da Procuradoria Jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o protocolo administrativo nº 2955/2024

Maicon Grosskopf

Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

61

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 028/2024

PROTOCOLO: 2955/2024

Objeto Aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOG
CNPJ: 48.398.998/0001-50
VALOR: R$ 91.400,00 (noventa e um mil e quatrocentos reais)

AUTORIZAÇÃO 16/04/2024

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

PIÊN/PR, 16 de abril de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:B0B82139

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 016/2024

O Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024**, o qual tem como objeto o "**Registro de Preços para eventual locação de tendas, atendendo a solicitação das Secretarias Municipais.**", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

MATEUS PSCHEIDT - ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 08.714.385/0001-60, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 89.450,00 (oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais);

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 16 de abril de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:941DEF90

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2024

PROTOCOLO: 2955/2024

Objeto Aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOG
CNPJ: 48.398.998/0001-50
VALOR: R$ 91.400,00 (noventa e um mil e quatrocentos reais)

AUTORIZAÇÃO 16/04/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:BBDE4437

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº 7, DE 20 DE MARÇO DE 2024

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIÊN
RESOLUÇÃO Nº 007, de 20 de março de 2024, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Piên.

Estabelece calendário de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde para o ano de 2024.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Piên, em reunião ordinária realizada em 20 de março de 2024, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 533 de 06/06/1991;

62

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar agenda de reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Saúde para os próximos meses do ano de 2024, conforme segue:

17/04/2024 – 13:30 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR
15/05/2024 – 13:30 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR;
19/06/2024 – 13:30 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR;
17/07/2024 – 13:30 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR;
21/08/2024 - 13:30 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR;
18/09/2024 – 13:30 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR;
16/10/2024 – 13:30 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR;
20/11/2024 – 13:30 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR;
18/12/2024 – 13:30 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de março de 2024.

Piên, 20 de março de 2024.

JORGE ALMIR DOS SANTOS MARTINS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Assim, a Secretária Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo 2º do Artigo 1º da Lei Federal n.º 8.142 de 28 de dezembro de 1990, assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que no prazo, instituído na legislação vigente, esta seja devidamente Homologada e Publicada.

MAYARA APARECIDA DE ALMEIDA GROSSKOPF
Secretária Municipal de Saúde

O Prefeito, dando Cumprimento ao que determina o Artigo 37 da Constituição Federal e o Inciso XII da Quarta Diretriz da Resolução n. 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

**Republicado por incorreção*

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:E70DBB23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2023
3º ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA ALDO JOSE PEREIRA JUNIOR 07587790977.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa

63

CONTRATO Nº 030/2024
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 028/2024

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradora Jurídica Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111.206/PR e em conjunto com a Secretária de Educação Sra. Clarice de Fátima Fragoso, inscrita no CPF sob nº 563.771.859-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 48.398.998/0001-50, estabelecida na Rua Fidêncio Ramos, nº 223, Bairro Vila Olímpia em São Paulo/SP, CEP: 04551-010, Fone (41) 9738-1178, e-mail: dimas@compasseditora.com.br; neste ato representado pelo Sr. José Dimas Tortelli Junior, inscrito no CPF sob nº. 062.000.209-30 doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, nos termos dos Arts. 75 e 89 da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, de acordo com o que determina a modalidade **INEXIGIBILIDADE 028/2024,** devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

Cláusula primeira: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro: Os materiais adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertado pela empresa, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNID.	PRODUTO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	KIT	**KIT DO ALUNO – 5º ANO – Acerta Brasil Supera IDEB – Lingua Portuguesa.** Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa – Aprender Editora – Contendo: Livro de Atividades; Suplemento Questões Bônus; Provas	210	R$ 196,00	R$ 41.160,00
2	KIT	**KIT DO PROFESSOR – 5º ANO – Acerta Brasil Supera IDEB – Lingua Portuguesa.** Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa – Aprender Editora – Contendo: Guia de Orientações Didáticas; Livro de Atividades.	10	R$ 454,00	R$ 4.540,00
3	KIT	**KIT DO ALUNO – 5º ANO – Acerta Brasil Supera IDEB – Matemática** Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa – Aprender Editora – Contendo Livro de Atividades; Suplemento Questões Bônus; Provas	210	R$ 196,00	R$ 41.160,00
4	KIT	**KIT DO PROFESSOR – 5º ANO – Acerta Brasil Supera IDEB – Matemática** Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa –	10	R$ 454,00	R$ 4.540,00

		Aprender Editora – Contendo: Guia de Orientações Didáticas; Livro de Atividades.			

Parágrafo Segundo: Integra e completa o presente Termo Contratual, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência da **INEXIGIBILIDADE Nº 028/2024** e suas documentações complementares, anexos a este Contrato e devidamente assinado pela parte CONTRATANTE, bem como a proposta do contratado, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato e a assinatura da CONTRATADA, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o **CONTRATADO** a assumir todas as exigências presentes nos termos retro mencionados.

Parágrafo Terceiro: Ao assinar a presente contratação o **CONTRATADO** atesta conformidade com a cessão de direitos sobre o item objeto desta Inexigibilidade ao **Órgão Contratante**.

DA ENTREGA E RECEBIMENTO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Segunda: Os materiais deverão ser entregues em até 30 dias após a emissão de empenho, de acordo com a proposta apresentada e de acordo com as determinações emanadas pela Secretaria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Os produtos devem ser enviados em embalagem devidamente acondicionados em caixas próprias não sofrendo nenhum dano;

Parágrafo Segundo: Os livros devem ser compatíveis com as especificações da proposta, bem como a aprovação e acompanhamento dos fiscais do contrato;

Parágrafo Terceiro: Não serão aceitos livros com defeitos de impressão, rasurados, com sujidades, úmidos, faltando páginas e outros defeitos. Os produtos recebidos serão objetos de avaliação e conferência quanto à conformidade de qualidade

Parágrafo Quarto: Caso os produtos apresentem características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designada como fiscal do contrato a servidora Daiane dos Santos – Assessor de Área II, responsável pela Área de Apoio Administrativo. Matrícula: 4765251.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de 4 (quatro) meses a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete a fornecer os produtos/serviços durante o prazo da vigência do Contrato;

Parágrafo Segundo: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Terceiro: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

Parágrafo Quarto: No caso de execução antecipada, antes da ordem de fornecimento ser emitida, nos moldes do parágrafo sexto, quando houver a existência de recursos vinculados, a CONTRATADA, desde logo, fica ciente de que o pagamento dos valores atrelados a receitas vinculadas somente será efetuado quando o recurso financeiro estiver disponibilizado em caixa da prefeitura, correndo por sua conta e risco a execução antecipada do contrato.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

Cláusula Quinta: O valor total do contrato é de R$ 91.400,00 (noventa e um mil e quatrocentos reais) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quinto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Sexto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

DO REAJUSTE

Cláusula Sexta: Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente termo contratual.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelo código: 08.001.12.361.0009.2020. 3.3.90.30.00.00 – Conta 2110 – Kit Professor – Material de consumo.
08.001.12.361.0009.2020. 3.3.90.32.00.00 – Conta 2140 – Kit aluno – Material de distribuição gratuita.

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constitui direitos de o MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

A CONTRATADA obriga-se a seguir o disposto no Contrato;

a) Executar os serviços dentro do objeto conforme previsto no Termo de Referência;
b) Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão;
c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
d) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Parágrafo Segundo – Constitui obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro: **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Segundo: **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Terceiro: **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: **Multa**:
I – **Moratória**:
a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;
b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória**:
a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.
d) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j";"k"; e "l" da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que

implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

70

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quarta Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quinta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 17 de abril de 2024

JOSE DIMAS TORTELLI JUNIOR:06200020930

Assinado de forma digital por JOSE DIMAS TORTELLI JUNIOR:06200020930
Dados: 2024.04.17 14:47:27 -03'00'

MAICON GROSSKOPF
Prefeito
CONTRATANTE

COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA
CONTRATADO

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

CLARICE DE FATIMA FRAGOSO
Secretária de Educação
Decreto nº 07/2021

TESTEMUNHAS:

Nome: Daiane dos Santos — Assinatura: _____

Nome: Marily Penteado Wotroba Heiden — Assinatura: _____

PORTARIA Nº 321 DE 16 DE ABRIL DE 2024

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **Cristiane Telma Abuda,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 4.174.730/SC matrícula funcional nº 103161, ocupante do cargo público de **Tecnico em Meio Ambiente**, o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Reunião técnica Conresol	18/04/2024	Curitiba/PR	1 (uma)	53,00	2990/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 16 de abril de 2024.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:BF8791A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 320 DE 16 DE ABRIL DE 2024

PORTARIA Nº 320 DE 16 DE ABRIL DE 2024

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

O senhor Maicon Grosskopf, Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor pública **Marcos Aurelio Melenek,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 4.426.680-60/PR matrícula funcional nº 4765660, ocupante do cargo público de **Secretário de Desenvolvimento Econômico**, o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
6º Forum de Turismo Religioso	24 a 26/04/2024	Lunardeli/PR	3 (três)	530,00	2985/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 16 de abril de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:4B852B89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 029/2024

MODALIDADE: REFERENTE AO PREGÃO Nº 012/2024

Contratado: SHARK LICITACOES, SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 45.721.815/0001-06
Objeto: Aquisição de Ambulâncias de Suporte Básico - Tipo B, através de incentivo financeiro estadual de investimento para o transporte sanitário conforme Resolução SESA/PR nº 769/2019 e Resolução SESA/PR nº 1429/2023.

71

Valor: R$ 555.600,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos reais)

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

Data de assinatura: 17 de abril de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:AD5C8B08

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 030/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 028/2024

Contratado: COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 48.398.998/0001-50
Objeto: Aquisição de kits de materiais didáticos com material de apoio pedagógico para os alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R$ 91.400,00 (noventa e um mil e quatrocentos reais)
Prazo de Vigência: 4 meses a contar da sua publicação.

Data de assinatura: 17 de abril de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:E764CB94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.2980/2024

PORTARIA Nº 2.980/2024

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 17 de abril de 2024, sob o Regime jurídico Único Estatutário, **CAROLINE DE AZEVEDO MENIN BOCHI,** portadora da Cédula de Identidade sob nº 10.***.***-0 , S.S.P/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 098.***.***.-30, aprovada no Concurso Público Municipal realizado nos termos delineados pelo Edital de Abertura nº 01/2023, datado em 26 de outubro de 2023 e suas alterações posteriores, com homologação do resultado final Edital de nº 08/2024 de 15 de janeiro de 2024, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE SOCIAL , Nível 05A, referência A01, com carga horária de 30(trinta) horas semanais, do Quadro de Cargos Efetivo deste Executivo Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
3067/2024	Ordinário	18/04/2024	2049	71230

Licitação

Tipo	Número
Processo inexigibilidade	28/2024 de 16/04/2024

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada
4172	30/2024 - SIM-AM: 302024		18/04/2024	17/08/2024		18/04/2024	17/08/2024	

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ
COMPASS SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA	34864-3	48.398.998/0001-50

Endereço	Bairro
FIDENCIO RAMOS, 223	VILA OLIMPIA

Cidade/UF	CEP	Fone	Tipo de conta bancária	Banco	Agência	Conta
São Paulo/SP	04551-010		Conta Corrente	341	273	99409-5

Classificação da despesa

08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.001 EDUCAÇÃO
12.361.0009.2020 GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.60.00 MATERIAL DIDÁTICO
2110 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB Do Exercício

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
R$ 264.651,72	**R$ 91.400,00**	R$ 173.251,72

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
26020	KIT DO ALUNO 5º ANO Acerta Brasil Supera IDEB Lingua Portuguesa. Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa – Aprender Editora – Contendo: Livro de Atividades; Suplemento Questões Bônus; Provas		KIT	210,0000	196,0000	41.160,00
26022	KIT DO ALUNO 5º ANO Acerta Brasil Supera IDEB Matemática Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa – Aprender Editora – Contendo Livro de Atividades; Suplemento Questões Bônus; Provas		KIT	210,0000	196,0000	41.160,00
26023	KIT DO PROFESSOR 5º ANO Acerta Brasil Supera IDEB Matemática Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa – Aprender Editora – Contendo: Guia de Orientações Didáticas; Livro de Atividades.		KIT	10,0000	454,0000	4.540,00
26021	KIT DO PROFESSOR 5º ANO Acerta Brasil Supera IDEB Lingua Portugu Organizadora: Ana Cristina Miranda da Costa – Aprender Editora – Contendo: Guia de Orientações Didáticas; Livro de Atividades.		KIT	10,0000	454,0000	4.540,00

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	26942710/2024	14/10/2024
CERTIDÃO FGTS	2024033002425678029365	29/04/2024
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	7464.126A.D810.25F2	10/07/2024

Forma de pagamento: EM ATE 30 DIAS
Local de entrega: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - AVENIDA BRASIL, 81 - CENTRO - PIEN

CLARICE DE FATIMA FRAGOSO

Equipano